

## A COLONIZAÇÃO DO SABER: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL

THE COLONIZATION OF KNOWLEDGE: REFLECTIONS ON EDUCATION IN COLONIAL BRAZIL

LA COLONIZACIÓN DEL SABER: REFLEXIONES SOBRE LA EDUCACIÓN EN EL BRASIL COLONIAL

Elenice de Paula<sup>1</sup> 0000-0001-7711-6384

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil; e-mail: paulaelenice@yahoo.com

### RESUMO:

Este ensaio tem como objetivo levantar algumas reflexões acerca da história da educação brasileira, em especial sobre as primeiras concepções de ensino desenvolvidas no país. A partir da concepção de que o ensino escolar brasileiro, desde o período colonial, foi desenvolvido como forma de auxiliar e reforçar o projeto colonizador europeu, destaco breves considerações de como, por meio do ensino escolar, foi sendo constituída uma configuração social excludente. Percebo que, o modelo eurocêntrico colonialista agiu de forma ativa na colonização do saber e pensamento. Assim, não só sob o domínio territorial, o ensino escolar desenvolvido no país auxiliou na incorporação de normas e valores sociais impostos pelos europeus. Análise essa que auxilia para compreender as continuidades e rupturas no ensino escolar do tempo presente, bem como servem para refletir a respeito do papel da educação e as expectativas construídas sobre ela no nosso tempo.

**Palavras-chave:** colônia; ensino; jesuítas; reforma pombalina.

### ABSTRACT:

This text aims to raise some reflections on the history of Brazilian education, in particular on the first teaching concepts developed in the country. Based on the idea that Brazilian school education, since the colonial period, was developed as a way to help and reinforce the European colonizing project, I highlight brief considerations on how, through school education, an exclusionary social configuration was formed. I realize that the Eurocentric colonialist model acted actively in the colonization of knowledge and thought. Thus, not only under the territorial domain, the school education developed in the country helped in the incorporation of norms and social values imposed by the Europeans. An analysis that helps to understand the continuities and ruptures in school teaching at the present time, as well as serving to reflect on the role of education and the expectations built on it in our time.

**Keywords:** cologne; teaching; jesuits; pombaline reform.

### RESUMEN:

Este texto tiene como objetivo suscitar algunas reflexiones sobre la historia de la educación brasileña, en particular sobre los primeros conceptos de enseñanza desarrollados en el país. Partiendo de la idea de que la educación escolar brasileña, desde la época colonial, se desarrolló como una forma de ayudar y reforzar el proyecto colonizador europeo, destaco breves consideraciones sobre cómo, a través de la educación escolar, se formó una configuración social excluyente. Me doy cuenta de que el modelo colonialista eurocéntrico actuó activamente en la colonización del saber y del pensamiento. Así, no solo bajo el dominio territorial, la educación

escolar desarrollada en el país coadyuvó en la incorporación de normas y valores sociales impuestos por los europeos. Un análisis que ayuda a comprender las continuidades y rupturas en la docencia escolar en el momento actual, así como para reflexionar sobre el papel de la educación y las expectativas construidas sobre ella en nuestro tiempo.

**Palabras clave:** colonia; enseñando; jesuitas; reforma pombalina.

## Introdução

A movimentação da configuração do ensino escolar expressa continuidades e rupturas que marcam a história da educação. No Brasil, desde o século XVI, quando foram criadas as primeiras instituições escolares, o processo educacional foi marcado pela imposição de normas e valores que deram sustentação ao modelo de ensino desenvolvido. No desenrolar desse processo, a Companhia de Jesus, responsável pela vinda dos padres jesuítas, contribuiu para a implementação e padronização de um ensino sob o viés católico. Nesse contexto, a colonização não esteve limitada à posse das terras sob o domínio português, instaura-se uma educação escolar condizente com as normas e valores culturais compartilhados por esse grupo, o que contribuiu para forjar um modelo colonizador no ensino. Ou seja, na construção do pensamento e do saber.

Com o objetivo de levantar discussões acerca da educação jesuítica desenvolvida no Brasil, e, compreender sobre as tentativas de ruptura com esse processo, este ensaio visa refletir a respeito do modelo educacional desenvolvido durante o Brasil colonial e algumas observações com relação ao desenvolvimento do ensino escolar durante parte do período imperial. Assuntos tão caros à historiografia da educação que se dedica ao tema. Nesse sentido, acredito que analisar o modelo educacional jesuíta contribuiu para identificar alguns elementos estruturantes na sociedade brasileira que servem de críticas e observações ao tempo presente. Para isso, este texto está dividido em duas partes. Na primeira são realizados apontamentos sobre o modelo educacional jesuítico até sua implementação no Brasil colonial. Na segunda, reflexões referente a tentativa de afastar o modelo jesuítico e as configurações sociais e políticas do contexto imperial brasileiro. Análises essas fundamentais para a compreensão do projeto colonizador desenvolvido por meio do ensino, fator esse que contribuiu para impulsionar a visão eurocêntrica do mundo.

### **Cultura letrada e educação jesuítica: manifestações no Brasil**

Para o historiador da educação, José Maria de Paiva, na medida que investigamos sobre os aspectos culturais de uma sociedade, em especial os usos da leitura e da escrita, podemos ter

a compreensão de parte de uma realidade social. Segundo o autor, ao analisar a cultura letrada, identificou que na Idade Média, por exemplo, o domínio da leitura e escrita esteve majoritariamente restrita ao clero. Para Paiva, “a função das letras era registrar a forma válida de se viver em sociedade, que à época, entendia-se como “realização da família” de Deus: a referência a Deus estava presente em todo o pensamento e em toda a ação, desdobrando-se pois em verdades e preceitos” (PAIVA, 2014, p. 76). Assim, a leitura e escrita, naquele contexto assumem uma função de reforço à posição da Igreja.

Com o avançar das transformações ocorridas nos séculos seguintes, em especial, na medida que o modelo mercantil foi se desenvolvendo, intensificou-se, cada vez mais, a necessidade de a sociedade ter o domínio da leitura e da escrita. Nesse aspecto, a formação de uma cultura letrada esteve associada à configuração, ampliação e manutenção do sistema produtivo. Contudo, diante da configuração de um modelo de Estado sob o comando do rei, as experiências oriundas das transformações mercantis não desvincularam à crença em Deus. Segundo Paiva, “as letras mercantis não negavam a realidade sagrada, nem a ordem institucional, nem os valores e costumes: conformaram-nos a uma nova forma, agregando uma nova experiência; transformavam-nos, dando nova conotação” (PAIVA, 2014, p. 78). Ou seja, vinculou-se à crença em Deus sob uma ótica mercantilista. Assim, a Igreja estava incorporada ao reino, mas, como indica o autor, “só que agora o rei era uma sociedade mercantil” (PAIVA, 2014, p. 80). Nesse momento, o avançar da Reforma Protestante, principalmente o Luteranismo, era visto como ameaça às bases estruturantes da Igreja Católica, principalmente à dominação territorial.<sup>1</sup>

Diante da intenção de promover uma educação que conciliasse preceitos religiosos e configuração do Estado, a criação da Companhia de Jesus, em 1540, Montmartre, Paris, e consequente, seus usos para o ensino, marca uma iniciativa para fortalecer a religião católica. Como destaca Paiva, “se fundou voltada para a ação junto à sociedade, característica tipicamente mercantil” (PAIVA, 2014, p. 81). Ao clero foi incumbida a função de fortalecer o tradicional (religião) e pensar uma educação que interessasse ao Estado. Nesse aspecto, na tentativa de conciliar essas duas funções, Paiva destaca que, “surgiram as escolas, lugar de

---

<sup>1</sup> Martinho Lutero, precursor da Reforma Protestante, foi crítico ao poder, luxo e riquezas da Igreja Católica. No campo educacional, em 1524, apresentou uma proposta de reformulação do ensino em que a educação escolar deveria ser garantida pelo Estado. Lutero visava ainda um modelo de ensino distante da família. Sem desvincular à crença religiosa, Lutero defendia a necessidade de um ensino para o conhecimento científico e da educação para as meninas. Entretanto, essa educação deveria ser promovida como um reforço às distinções de gênero, como para o casamento, por exemplo, não como uma forma de ascensão social. Ver: LUTERO, Martinho. Martinho Lutero: Obras selecionadas Vol. 5: Ética: Fundamentos - Oração - Sexualidade - Educação – Economia. Editora Sinodal, São Leopoldo, 1994.

aprendizagem formal de conhecimentos exigidos para a realização mais fácil, segura e competente da nova forma de ser da sociedade.” (PAIVA, 2014, p. 81).

Nesse sentido, temos a configuração do ensino escolar como uma extensão dos preceitos religiosos, em que a fé e a crença em Deus serviam como sustento de toda a organização filosófica e prática pedagógica. Assim, a escola servia como a expansão dos saberes religiosos e sua função para a manutenção da cultura e ao mesmo tempo a ligação com a coroa. Para Paiva, “o colégio era sentido como a garantia da normalidade, do estar bem, de estar tudo no lugar. Era esta a forma de se pensar e viver à época; era esta a cultura (PAIVA, 2014, p. 84). Assim, por mais que esse modelo de ensino tivesse forte influência religiosa, não visava formar futuros clérigos, mas sim, uma formação de estudantes que estivessem pautadas nos interesses do Estado sem desvincular valores religiosos. Com esse preceito estabelecido, na medida que tomou maiores proporções, principalmente ao avançar pelas terras do outro lado do Atlântico, passou a agir de forma intensa na transmissão de um modelo cultural e forma de observar e orientar-se no mundo que ficou conhecido como eurocentrismo.

No Brasil, a entrada do modelo educacional desenvolvido pela Companhia de Jesus esteve fortemente aliada ao processo de colonização portuguesa. Dermeval Saviani, em trabalho intitulado “Educação e colonização: as ideias pedagógicas no Brasil”, divide a implementação do ensino colonial em duas fases. Na primeira, de 1549 até a morte do Pe. Manuel de Nóbrega, em 1570. Nesse período o modelo pedagógico visava ensinar o português para os indígenas e seguia com a doutrinação catequética. Já para os filhos dos colonos, com formação profissional e agrícola, o conjunto de disciplinas, como a gramática latina, por exemplo, visava qualificar os estudantes para a formação de ensino superior, em Coimbra. Já a segunda fase, entre 1570-1759, expressa a prática do *Ratio Studiorum*, desenvolvido pela Companhia de Jesus, caracterizado por ser universalista e elitista, pois se tratava de um plano adotado por todos os jesuítas e por proporcionar um ensino apenas para os filhos dos colonos (SAVIANI, 2014).

A *Ratio Studiorum* sustentava a concepção essencialista do homem, este seria constituído por uma essência universal e imutável. Seguindo esse preceito a educação assumiria o objetivo de moldar cada um à essência universal. Seguindo os preceitos religiosos, essa essência, a educação, aliada ao preceito de criação divina, deveria garantir o homem feito à imagem e semelhança de Deus. Nesse sentido, o ensino escolar serviria como uma aliança entre o homem e Deus, pois, como indica Saviani, “o homem deve se empenhar em atingir a perfeição humana na vida natural para fazer por merecer a dádiva da vida sobrenatural” (SAVIANI, 2014, p. 127).

Essa aliança foi exposta por meio do conjunto de regras da *Ratio Studiorum*. Conforme o documento, entre as obrigações, caberia aos estudantes que:

Esforcem-se por conservar a sinceridade e pureza da alma e obedecer com toda a fidelidade a lei divina. Recomendem-se com freqüência e com fervor a Deus (ao Sagrado Coração de Jesus), à Santíssima Virgem e aos demais santos. Implorem muitas vezes a ajuda dos Santos Anjos, especialmente do Anjo da Guarda. Observem a modéstia sempre e em toda a parte, mas principalmente na igreja e na aula (HISTEDBR, 2013, p. 31).

Diante do exposto, no Brasil, a Companhia de Jesus teve papel fundamental na extensão do domínio ideológico e territorial. Com a unificação da ação pedagógica jesuítica, o ensino desenvolvido no território brasileiro contribuiu para propagar as concepções da Igreja Católica e difundir um ideal de cultura. Ou seja, a colonização tanto foi realizada territorialmente como no saber, que deveria seguir o modelo de ensino voltado à formação de bons costumes. Digase: valores e normas morais.

Para Paulo de Assunção (2007), a vinda de jesuítas ao Brasil, inicialmente, deveria garantir a unificação das práticas pedagógicas seguidas pela Companhia de Jesus com a intenção de catequização da população indígena, por meio da leitura e escrita. Por conta disso, como indica o autor, as primeiras escolas foram fundadas com o objetivo de ensinar aos curumins e aos filhos dos colonos as primeiras letras, as operações aritméticas, o catecismo, a música, a dança e o teatro” (ASSUNÇÃO, 2007, p. 61). Entretanto, com o passar do tempo, a atuação jesuítica tomou outras proporções. Com a Congregação Provincial, em 1568, como justificativa para a ampliação de escolas e das atividades pedagógicas desenvolvidas nelas, foi deliberado sobre a importância da Companhia de Jesus possuir terras para a expansão e continuidade das atividades missionárias. Ou seja, incorporava-se a atuação jesuítica ao modelo econômico desenvolvido na colônia.

Segundo Assunção, essa reconfiguração das ações jesuíticas significava que:

Assumir a colônia implicava compartilhar os valores vigentes nos trópicos, práticas e comportamentos que até então não tinham sido incorporados pelos jesuítas. A expansão da fé e a conversão do gentio promoveram, por outro lado, a expansão das propriedades jesuíticas e a conversão dos religiosos em administradores num mundo marcado pelo trabalho e pelo ganho, como forma de servir a Deus (ASSUNÇÃO, 2007, p. 63).

Nesse sentido, a ação jesuítica desenvolvida para fins educacionais esteve imersa na economia colonial sustentada por uma ética católica, em que justificava-se a posse de terras e a catequização dos indígenas como uma expansão da vontade divina como justos para a conquista cristã. Como indica Assunção, “temente a Deus, as atividades eram vistas como parte

de uma atitude grandiosa para aumento da seara divina, sustento dos estudantes e religiosos, construção de igrejas e capelas, obtenção de objetos para o culto, fruto do trabalho nas terras jesuíticas (ASSUNÇÃO, 2007, p. 64).

Desse modo, a propagação da fé católica aliada ao modelo econômico desenvolvido na colônia, sustentou todo um conjunto de crenças e valores vistos como corretos e necessários de serem seguidos. A colonização de imposição, na fé e nos costumes, serviu de base para a construção das primeiras escolas no Brasil, em que a pedagogia ia muito além do domínio da leitura e escrita, estava imersa na arquitetura dos prédios escolares que poderiam confundir-se com templos religiosos, nos crucifixos, nas normas e valores que agiam continuamente para propagação da fé. Junto a isso, ampliava-se o distanciamento social daqueles que não tinham acesso ao ensino, mesmo que boa parte do ensino fosse desenvolvida de forma muito limitada, sustentada muitas vezes para a compreensão dos escritos sagrados com o dos filhos das elites que poderiam seguir o estudo superior no exterior.

Essa formação elitista e religiosa contribuiu para estruturar a configuração da sociedade brasileira. Como um dos aspectos mais fortes do Brasil, a colonização impôs não apenas um modelo de ensino, mas agiu intensivamente na formação social do país. A colonização trouxe aspectos negativos, como a valorização de uma concepção de homem universal, branco e cristão. Tais aspectos agiram tanto na distinção social dos grupos e servem para compreendermos o racismo e intolerância religiosa, por exemplo, como permite entendermos que, por anos, os saberes acadêmicos produzidos tinham como orientação esse modelo exposto desde a colonização. Assim, o ensino jesuítico agiu como grande contribuinte para fortalecer concepções eurocêntricas.

### **Consequências da educação jesuítica no Brasil**

O poder atribuído à Igreja Católica na Europa, principalmente em Portugal, devido serem os primeiros a colonizar o Brasil, resultou em consequências na formação e educação do povo brasileiro. O poder visava o controle da população em nome de Deus. Tais formas de conceber a organização social resultaram em propostas educacionais que buscavam a formação de novos fiéis e a valorização do poder da Igreja em nome de Deus.

Diante dessas propostas, a Companhia de Jesus, sob o propósito de evitar a construção de novas religiões e garantir novos seguidores, e, da tentativa de manter certa ordem estabelecida pelo governo português junto às ações da Igreja, a ação dos padres jesuítas,

buscaram catequizar a população das terras colonizadas para garantir as ações mercantis, reafirmar a fé no homem branco e garantir o ideal religioso católico.

Segundo Maria Rita Kaminski Ledesma (2010), com a tentativa de garantir tais preceitos, gradativamente, a leitura e escrita foi sendo incorporada nas práticas jesuíticas desenvolvidas no Brasil. Para a autora, “para dar conta desse objetivo, os jesuítas utilizaram-se da catequese e do ensino do ler e escrever” (LEDESMA, 2010, p. 10). Pois assim, mesmo que de forma lenta, a população indígena iria desenvolvendo o modelo de leitura e escrita e incorporando a prática de leitura dos textos que auxiliavam na manutenção do saber colonizador. Como já indicado, a ação educacional dos jesuítas pode ser compreendida ao menos em dois momentos distintos, na primeira, a noção de formação para a leitura e escrita, na segunda, uma educação que garantiria as desigualdades sociais com uma educação elitista.

No que se refere à educação para leitura e escrita, essa educação possui um caráter totalmente etnocêntrico, pois visava fazer com que as comunidades indígenas rompessem com seus antigos costumes e valores culturais. Proporcionar uma educação para a leitura e escrita, muito além do conhecimento em si, foi uma das formas utilizadas de fazer com que os indígenas mudassem seus costumes para se tornarem supostamente civilizados. Pois a ideia de civilização projetada pelos portugueses era a de seus costumes e valores, logo os indígenas não foram vistos como tal.

Nessa perspectiva, a educação com forte influência católica, junto a uma formação para salvação espiritual das populações indígenas, a leitura e escrita foi colocada nessas populações como modo de dar continuidade e fazer com que os indígenas seguissem um padrão de vida europeu, e que dessa maneira garantir-se-ia também a continuidade e ampliação do sistema mercantil. Assim, a colonização fazia-se tanto em território como na dominação dos costumes, do ser e do pensar.

No que se refere à educação de elite, na medida que existiu o desenvolvimento da colônia, ampliaram-se as relações de poder e controle de determinadas famílias. Com base em uma sociedade hierarquizada, a educação jesuíta passa a atender um novo interesse, esse que visava educar os filhos dos latifundiários para a manutenção das desigualdades sociais, entre elas étnicas, gênero e econômica.

Segundo Ledesma, a educação era organizada através do *Ratio Studiorum*, que “sistematizou toda a organização administrativa e pedagógica a ser seguida nos colégios jesuítos, estabelecendo o método de ensino, o currículo, a hierarquia e atribuições de cada membro dessa hierarquia (LEDESMA, 2010, p. 16)”. Fatores esses que impulsionaram o

desenvolvimento do ensino e ampliaram as distâncias sociais entre os grupos que tinham acesso ao ensino com aqueles que foram negligenciados.

### **Outro modelo de ensino e antigos interesses em colonizar**

O modelo educacional desenvolvido pelos jesuítas gerou uma série de questionamentos, até quando, em 1759, serviu como contribuintes para a expulsão dos padres jesuítas do Brasil. Conforme Cynthia Greiv Veiga (2007), “sua expulsão, no entanto, não representou um rompimento com a Igreja ou com o ensino religioso, mas uma troca no comando da estrutura administrativa da educação, encampada pelo Estado” (VEIGA, 2007, p. 103). Essa ação deve ser compreendida junto a outros fatos históricos. Na época, o Brasil era colônia de Portugal, os acontecimentos por toda a Europa refletiram no modelo educacional adotado na então colônia, onde as tensões políticas vividas na Europa influenciaram as decisões da coroa portuguesa sobre a sua colônia.

Ao analisar o processo de desenvolvimento da Europa, as transformações históricas, como indústria, comércio, e demais características de uma ideia de modernidade, reverbera-se em modelos e propostas educacionais. Com base em estudos filosóficos, como os de Bacon, por exemplo, visava-se à formação humana. Todavia, essa formação foi sustentada pela racionalidade, onde objetivava-se adequar a formação escolar aos anseios de um mundo moderno. Um dos marcos dessa nova forma de educação foi separar Estado e Igreja. Em Portugal, o marquês de Pombal, assim conhecido, determinou a elaboração de aulas régias, fator que marcou um rompimento com os currículos religiosos até então desenvolvidos. Com o desenvolvimento de um currículo com “estudos menores”, com formação para o ensino primário e secundário, o Estado passa a idealizar um novo modelo educacional pretendido, esse que viesse a colocar o Brasil nos modelos do Estado Moderno.

Segundo Ledesma, com a nomeação e autorização do rei, “as aulas régias, também denominadas escola, cadeira ou simplesmente aula, caracterizam estudos avulsos ministrados por um professor régio” (LEDESMA, 2010, p. 26). Assim, sob a autorização de Alvará, passa a existir a seleção de profissionais para atuarem conforme experiência na área pretendida, reconfigurando o corpo docente a formação profissional dos mesmos, pois, como indica a autora, “o professor, com cargo vitalício, passa a ser um funcionário público, tendo sua remuneração e situação regulamentada por um estatuto” (LEDESMA, 2010, p. 26).



Em Portugal, a formação curricular para atender os cursos de graduação, como a medicina, por exemplo, foram instituídas de modo a atender modelos educacionais de formação humanista junto a conciliação de disciplinas de formação específica, em que tais modelos acompanhavam a organização do ensino primário. No Brasil, as propostas da reforma pombalina não tiveram sua repercussão de modo satisfatório. Como indica Saviani, o país apresentava diversos problemas, como falta de livros, demora na contratação de professores, assim como uma educação para a elite, onde contribuía para a manutenção das desigualdades (SAVIANI, 2019).

Posterior a Reforma Pombalina, os acontecimentos na Europa, como as invasões napoleônicas, fizeram com que a corte portuguesa viesse ao Brasil. Sob uma forma de vida e organização social e econômica completamente diferente da Europa. Logo, diante do cenário educacional vigente e realidade social, Dom João decretou como medida de urgência formar pessoas para o trabalho. Não existiu um primeiro interesse em qualidade, mas sim em criar profissionais para atender diferentes profissões que passariam a exigir no modelo de sociedade que passará a ser imposto. Como cargos públicos administrativos, na área da saúde, dentre outros.

Como nos indica Saviani, posterior às primeiras ações, foram tomadas medidas para a criação da primeira universidade e o desenvolvimento do ensino primário de modo a atender diferentes grupos sociais. Todavia, mediante desigualdades existentes, no que concerne a educação para a classe pobre, com apenas um professor era oferecida a educação para cerca de 500 estudantes ao mesmo tempo. Tais medidas sustentam ainda a ideia de uma formação para atender o desenvolvimento social projetado pela coroa, uma ideia em que o Brasil deveria seguir os moldes europeu de vida (SAVIANI, 2019).

Posterior a isso, os acontecimentos na Europa e as questões políticas levaram a corte a buscar alternativas, uma delas, a suposta independência (que foi negociada) fez com que fosse pensadas novas propostas educacionais. Nesse novo modelo, visava-se a “disseminação da educação popular como, pressuposto básico de riqueza e libertação e ainda sobre organização da educação nacional” (LEDESMA, 2010, p. 37). Junto a isso, as desigualdades ficaram ainda mais acentuadas a partir da promulgação da Constituição de 1824, devido a ela, mesmo sob o regime monárquico, criou-se uma falsa democracia, pois excluía negros, indígenas, mulheres dentre outras pessoas que não fossem homens, ricos e letrados. Uma ideia de cidadania que refletiu em outros setores da sociedade.

No que corresponde a educação escolar, sob proposta do deputado Januário Cunha Barbosa, foi criado,

[...] um sistema nacional de educação escolar distribuído em quatro graus (pedagogias, liceus, ginásios e academias), o que vai se concretizar em Lei, em 15 de outubro de 1827, é a proposta apresentada pela Comissão de Instrução Pública, determinando a criação de escolas de primeiras letras ou pedagogias em todas as cidades (LEDESMA, 2010, p. 40).

Logo, diante dessa ordem, foram tomadas medidas para serem criadas escolas de formação primária em todo o país. Coube aos profissionais capacitarem-se às suas próprias custas. Conforme a Lei de 15 de outubro de 1827, que, “Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império”, em seu art. 6º, aponta que,

[...] os professores ensinarão a ler e escrever: as quatro operações de aritmética; prática de quebrados; decimais e proporções; as noções mais gerais de geometria prática; a gramática de língua nacional; e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (BRASIL, 1827, art. 6).

Desta maneira, percebe-se que, em meio ao currículo, as questões religiosas nunca haviam se separado. Por questões políticas, os debates em torno da educação giravam acerca da qualidade e investimento. Porém, com o ensino mútuo, existiu pouco rendimento escolar, tanto por esse método ser um tanto precário dada as condições de ensino e aprendizagem, como pelo pouco investimento.

Quando o Estado passou a dar maior atenção para o ensino superior, coube aos municípios tomar medidas para melhor atender a formação escolar, uma das primeiras, foi a criação de cursos normais para formas professoras. Mesmo assim, o modelo educacional projetado de que o Colégio Dom Pedro representava a formação secundária de todo o país não condizia com a realidade. Diante de tantas dificuldades, e uma educação pautada nas diferenças sociais, “sob a regência de D. Pedro II, o Brasil teve duas reformas educacionais: a de Couto Ferraz e a de Leôncio Carvalho” (LEDESMA, 2010, p. 44). Na primeira, poucos foram os resultados, pois pouco inovou. Já a segunda, marcada por certo investimento, possibilitou que fossem criadas escolas, universidades, e realizada uma distribuição de investimentos de modo a possibilitar o desenvolvimento das escolas. Todavia, um dos grandes problemas a serem enfrentados consistia em romper com as desigualdades existentes em uma sociedade não democrática e excludente.

## **Conclusões: breves apontamentos**

Como pode ser observado na análise aqui exposta, historicamente, a educação escolar no Brasil desenvolve-se sob uma ótica colonialista. Junto ao domínio territorial, colonizar as novas terras alicerçou um projeto que implicou na valorização de um novo modelo cultural sustentado por um ideal sexista, branco e europeu. Com grande influência religiosa, contribuiu de forma ativa para a construção e manutenção de desigualdades sociais, seja durante a manutenção do modelo jesuítico, ou em seu rompimento, com a Reforma de Pombal, sendo que pouco mudou no cotidiano excludente.

Tivemos então um modelo educacional que foi sustentado pelo negligenciamento da educação de pessoas negras escravizadas e alforriadas, e de mulheres. Uma forte estrutura racista, sexista e classista que agiu de forma ativa na configuração social no passado e suas reverberações no presente, sendo que ainda nem tudo foi rompido.

No que corresponde à educação das pessoas negras, tivemos importantes avanços nas políticas educacionais. É oportuno refletirmos com relação aos impactos das políticas públicas inclusivas desenvolvidas principalmente nos séculos XX e XXI, entretanto, mesmo com o movimento do ensino, ainda contamos com enormes desigualdades educacionais entre pessoas brancas e negras. Cida Bento (2022), nos apresenta um panorama deste cenário, ponto esse que contribuiu e formou o pacto da branquitude e se estende nos diferentes níveis de ensino, sendo ainda mais acentuado quando falamos de ensino superior, em 2011, por exemplo, 92% dos/as acadêmicos correspondiam à elite brasileira (BENTO, 2022). Somam-se a isso todo o processo histórico excludente sofrido pela população indígena, em que as ideias pedagógicas desenvolvidas desde a colonização tiveram os efeitos positivos a seu propósito, pois colonizar implicaria no afastamento dos costumes, na incorporação de valores eurocêntricos, esses não apenas pela população indígena, mas de todo o processo educacional historicamente desenvolvido no Brasil, em que o modelo de vida indígena sempre foi marginalizado, servindo como sustento para a narrativa hegemônica apresentada pelo colonizador.

Em relação às mulheres, uma longa bibliografia já discute a respeito. Guacira Lopes Louro (1997), por exemplo, nos aponta o processo excludente das mulheres em relação ao ensino. Com o avanço gradativo, as prendas domésticas se tornaram normalistas. Contudo, o casamento serviria como uma barreira para o sucesso profissional, bem como, até parte do século XX, não tinha o poder de decisão (LOURO, 2009). Nesse aspecto, as políticas educacionais desenvolvidas desde a primeira metade do século XX auxiliaram no processo de emancipação das mulheres, pois, como indica Silvia Fávero Arend, com as legislações

educacionais, as meninas, ao menos na letra da lei, desde a tenra idade, tiveram acesso aos estudos e gradativamente novas oportunidades surgiram, como a continuidade nos estudos, como no superior, e outras alternativas de trabalho (AREND, 2012). Entretanto, ainda bastante marcado na história da educação recente, com tentativas de reforçar as desigualdades de gênero impostas socialmente por meio de um ensino escolar generificado (ZALUSKI, 2020).

Mesmo tendo passado muitos séculos das primeiras manifestações educacionais jesuíticas, no Brasil, ainda se manifestam distintos discursos que permitem percebermos características do projeto colonizador. Muito além do domínio territorial, a colonização, junto a educação, serviu como forte aliada para impor valores e normas sociais que ainda perduram no presente. Enquanto profissionais da educação devemos estar atentos às mudanças históricas, a movimentação dos sujeitos e de como, por meio do ensino, podemos e devemos intervir para que o projeto educacional vise garantir a inclusão e promoção de uma sociedade livre da exclusão social. Sigamos para isso...

### **Agradecimentos**

Ao professor Ademir Valdir dos Santos, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pelas importantes contribuições durante as aulas de História da Educação.

### **Referências**

AREND, Silvia Maria Fávero. Meninas. Trabalho, escola e lazer. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013, p.65-83.

ASSUNÇÃO, Paulo de. Colégios jesuíticos e o servir a Deus: a experiência e o tempo ensinam tudo. **Em Aberto**, Brasília, v. 21, n. 78, p. 5-6, dez. 2007.

BENTO. Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei de 15 de Outubro de 1827**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm). Acesso em: 10 maio 2023.

HISTERBR. Obras Completas do Pe. Leonel Franca S.J. **O Método Pedagógico dos Jesuítas – O “Ratio Studiorum”** Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria AGIR, 1952.

LEDESMA, Maria Rita Kaminski. **Evolução histórica da educação brasileira: 1549-2010**. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORI, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 443-481.

LUTERO, Matinho. **Martinho Lutero**: Obras selecionadas Vol. 5: Ética: Fundamentos - Oração - Sexualidade - Educação – Economia. Editora Sinodal: São Leopoldo, 1994.

PAIVA, José Maria de. Igreja e Educação no Brasil Colonial. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol 1: Séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2014. p.77-92

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5ª ed. Campinas: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval. Educação e colonização: as ideias pedagógicas no Brasil. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. 1: Séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2014. p.121-130.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

ZALUSKI, Jorge Luiz. Subjetividades de um ensino: marcações de gênero na educação escolar (1970-1980). **Revista Educação em Questão**. v. 58, n. 57, jul. 2020. DOI: 10.21680/1981-1802.2020v58n57id20985. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/pdf/eq/v58n57/es\\_1981-1802-eq-58-57-e20985.pdf](http://educa.fcc.org.br/pdf/eq/v58n57/es_1981-1802-eq-58-57-e20985.pdf) Acesso em: 10 maio 2023.

#### **SOBRE A AUTORA**

**Elenice de Paula**. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Catarina. Graduada em história (2008) pela Unicentro, Sociologia (2016) Unip e Pedagogia (2020) pela Uninter. Professora de sociologia, SEED, Guarapuava-PR. Contribuição de autoria: autora. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5248790070793256>

#### **Como citar**

PAULA, Elenice de. A colonização do saber: reflexões sobre a educação no Brasil Colonial. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 02, e12663, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22481/redupa.v2.12663>